



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1869320 - RJ (2021/0101078-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : EDITORA MENSA BRASIL SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA  
**ADVOGADO** : DAVYSON TROFINO DA SILVA - PR073567  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
**AGRAVADO** : MENSA INTERNATIONAL LIMITED  
**AGRAVADO** : ASSOCIACAO MENSA BRASIL  
**ADVOGADOS** : DAVID DO NASCIMENTO - SP020401  
RICARDO DO NASCIMENTO - SP130218  
ANA PAULA DE AGUIAR TEMPESTA - SP168511  
RAPHAEL LEMOS MAIA - SP243759

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por EDITORA MENSA BRASIL SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 346), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 328-332) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque "é a legítima titular da marca Mensa Brasil, e está tendo o seu direito de uso obstado pela decisão liminar proferida lá no processo de conhecimento e mantida pelo Tribunal *a quo* em favor das Recorridas que sequer exercem atividade comercial" (fl. 383).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo feito no recurso especial foi indeferido pela decisão de inadmissibilidade e, agora, limitou-se a repetir, no agravo (fls. 382- 385), os mesmos argumentos do pedido feito anteriormente, sem trazer fatos ou argumentos novos.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente